

Vem pra Rua e MBL no contexto do golpe parlamentar no Brasil

Diego Batista Rodrigues de Oliveira*;
Elieil Ribeiro Machado**

Resumo:

O objetivo deste trabalho é analisar, em perspectiva classista, o Vem Pra Rua e o Movimento Brasil Livre, movimentos de cunho liberal e conservador que ganharam expressão no contexto brasileiro do golpe parlamentar que destituiu a presidente Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT). Como o marxismo tem privilegiado a análise dos movimentos relacionados ao trabalho e à reprodução da força de trabalho, o exame de grupos com bandeiras liberais e conservadoras deixa uma lacuna na análise dos movimentos sociais. A partir da análise de uma conjuntura específica, buscamos sustentar nossa hipótese que consiste na possibilidade de frações das classes médias se organizarem em *movimentos-apoio* para a defesa de seus interesses particulares e/ou em apoio às frações hegemônicas no interior do bloco no poder.

Palavras-chave: Vem Pra Rua; Movimento Brasil Livre; classes sociais; movimentos-apoio.

Come to the Street and the Free Brazil Movement in the Context of the Parliamentary Coup in Brazil

Abstract:

The objective of this article is to analyze from a classist perspective the Come to the Street movement and the Free Brazil Movement, two liberal and conservative social movements that emerged in the context of the parliamentary coup that removed President Dilma Rousseff of the Workers' Party (PT) in Brazil. Because Marxism has privileged the analysis of movements tied to labor and the reproduction of the workforce, there are few analyses of liberal and conservative social movements. Through the analysis of a specific conjuncture, we seek to advance our hypothesis that fractions of the middle class organized themselves in *support movements* for the defense of their specific interests and/or to support hegemonic fractions within the power bloc.

Keywords: Come to the Street; Free Brazil Movement; social classes; support movements.

* Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) e pesquisador do GEPAL – Grupo de Estudos de Política da América Latina. Londrina-PR, Brasil. End. eletrônico: diego.batro@gmail.com

O artigo resulta das reflexões oriundas da pesquisa de mestrado desenvolvida com bolsa da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

** Doutor em Ciências Sociais. Professor de Ciência Política da UEL; coordenador, na mesma instituição, do GEPAL – Grupo de Estudos de Política da América Latina. End. eletrônico: elieil@uel.br

Introdução

Na última década, pudemos observar uma “reformulação” no que se refere às manifestações políticas no Brasil. O ano de 2013 constitui um marco histórico nesse processo, devido ao desencadeamento de uma série de protestos conhecidos popularmente por “Jornadas de Junho”. As manifestações, que começaram com pequenos atos organizados pelo Movimento Passe Livre (MPL), na cidade de São Paulo, se nacionalizaram e passaram a abrigar grupos com interesses muito diversos, alimentando o (re)surgimento de organizações situadas no espectro político da direita.

A presença acentuada de setores das classes médias¹ em manifestações organizadas por grupos identificados com concepções liberais e conservadoras² trouxe à tona o debate sobre os “movimentos sociais” pensados para além das pautas progressistas e de esquerda. Diante desse fato, consideramos necessário nos apoiar no debate sobre as classes sociais para pensar os conflitos sociais modernos e, para tanto, nos apropriamos do debate poulantziano sobre a autonomia relativa das instâncias econômica, política e ideológica, para pensar os “movimentos sociais” como expressões das práticas de classes.

Neste trabalho, apresentamos algumas características dos movimentos Vem Pra Rua e Movimento Brasil Livre (MBL) a partir do esforço, empreendido no interior do marxismo, de resgatar a centralidade das classes e da luta de classes para analisar os conflitos sociais modernos. Dessa maneira, apoiamos-nos na perspectiva de que os “movimentos sociais” podem ser compreendidos como formas de expressão político-ideológica das classes não dominantes na conjuntura, assim como, salvo suas particularidades, os partidos e sindicatos (Machado, 2018).

Isto posto, desenvolvemos a hipótese de que o Vem Pra Rua e o MBL podem ser pensados como “movimentos sociais”, já que esta terminologia não está restrita aos grupos cujas bandeiras dizem respeito ao trabalho ou à reprodução da força de trabalho, mas também podem ser empreendidos por determinadas

¹ É importante ressaltar que a classe média não constitui um bloco homogêneo que compartilha de uma unidade política e ideológica. O emprego do termo no plural é necessário, pois não diz respeito a apenas uma classe, mas a um conjunto de situações cuja inserção no modo de produção capitalista é específica. Isso implica afirmar que não foi a classe média que apoiou o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, mas setores específicos que compõem o conjunto heterogêneo que são as classes médias. Para um debate sobre as classes médias no interior do marxismo, ver Cavalcante (2012).

² Entendemos por liberais as ideologias de mercado, baseadas na defesa das liberdades individuais, de um estado mínimo e das políticas de privatizações. Por conservadorismo, entendemos os posicionamentos contrários às práticas políticas e ideológicas coletivistas de defesa da igualdade, reconhecimento, inclusão social. Neste sentido, o liberal está situado no plano econômico, enquanto o conservadorismo está vinculado ao âmbito societal, cultural e dos costumes.

frações das classes médias na forma de *movimentos-apoio* às classes ou frações dominantes que disputam posições hegemônicas no interior do bloco³ no poder.

Dessa maneira, organizamos este trabalho em três tópicos: a fundamentação teórica para pensarmos os movimentos como expressões das práticas de classe e, conseqüentemente, os *movimentos-apoio*; a formação e as características do MBL e VPR; e suas contradições após o golpe parlamentar de 2016.

Classes médias em movimento: “movimentos-apoio”

A partir do ano de 2015, os movimentos organizados em torno de concepções liberais e conservadoras adquiriram grande visibilidade nas redes sociais e nos meios de comunicação tradicionais, quando passaram a organizar, com sucesso, protestos em que reivindicavam o fim da corrupção e o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), do Partido dos trabalhadores (PT), reeleita no ano anterior.

Alguns trabalhos no campo das Ciências Sociais que se propuseram a analisar esse fenômeno⁴ pautaram suas análises nos *frames* e matrizes discursivas, utilizados pelas organizações que convocaram os protestos. A possibilidade de um estudo a partir de uma perspectiva classista, neste caso, é desprezada. Nossa preocupação, contudo, é justamente identificar o caráter de classe desses grupos, a fim de melhor compreender sua atuação.

Contudo, não basta destacar a relevância da oposição entre as classes para pensar os conflitos sociais, uma vez que estes não refletem uma simples polarização entre capital e trabalho. Como observa Galvão (2011), há uma multipolarização que leva em consideração os interesses de uma classe trabalhadora, pensada em seu sentido *lato*, a condição em que a força de trabalho é vendida e a distinção entre os tipos de trabalhos realizados, manual e não manual, produtivo e improdutivo, assalariado e não assalariado, de direção e execução.

Isso nos permite compreender os conflitos sociais como “manifestações de contradições estruturais, agravadas por problemas conjunturais”, e por isso é necessário articular estrutura e conjuntura para explicar em que sentido as classes se movimentam (Galvão, 2011, p.112). Dessa forma, não podemos descartar o fato de que os dominados também podem empreender mobilizações conservadoras e reacionárias.

³ Utilizamos o conceito de bloco no poder desenvolvido por Poulantzas em *Poder Político y clases sociales en el Estado capitalista* (2012).

⁴ Ver Gohn (2017) e Tatagiba *et al.* (2015).

Sendo assim, apoiamo-nos no argumento de Poulantzas (1975) de que as classes sociais são definidas a partir de suas práticas sociais, ou seja, o lugar que ocupam no conjunto da divisão social do trabalho que, por sua vez, compreendem as relações políticas e ideológicas. Isto implica considerar que as classes não existem *a priori* como tais, mas são determinadas a partir de suas práticas –lutas- de classe, que se dão no âmbito político e ideológico. Nesse sentido, a perspectiva da autonomia relativa das instâncias nos permite estabelecer a diferença entre “determinações de classe” (lugar que ocupa nas relações de produção) e “posições de classe” (posicionamento político e ideológico) na conjuntura. Assim, um “movimento” que articula suas demandas, por exemplo, em torno das “identidades” (instância ideológica) não está apartado das suas determinações de classe que se dão principalmente, mas não exclusivamente, nas relações de produção.

Machado (2015) chama a atenção para o fato de se considerar os efeitos da combinação das instâncias dos modos de produção que repercutem nos efeitos das estruturas da formação social sobre seus “apoios” ou “suportes” (as classes desta formação), que podem provocar fracionamentos, dissoluções ou fusões de classe. Por esse motivo, uma análise científica das relações de classe numa determinada conjuntura não pode ser reduzida às relações entre partidos ou sindicatos, pois os limites das práticas políticas de classe não se restringem às práticas partidárias ou sindicais. Consequentemente, quando o autor propõe, conceitualmente, pensar os movimentos sociais como relações defasadas de classe, isso não significa reduzir às relações de classe aos “movimentos” e nem os “movimentos” às relações de classe.

Ao tratar, portanto, os movimentos como expressões defasadas de classe em determinada conjuntura política, reafirma-se a ideia de que os “movimentos sociais” não são exclusividade dos interesses dos explorados e oprimidos, mas que podem servir aos objetivos das classes ou frações dominantes. Essa possibilidade é permitida pela própria autonomia relativa do Estado burguês que, apesar de funcionar como um instrumento de organização política e ideológica das classes dominantes e de desorganização das classes exploradas, não consegue atender o conjunto dos interesses particulares das frações não hegemônicas que compõem o bloco no poder e, por vezes, se vê obrigado a ceder aos interesses imediatos das classes dominadas.

Para compreendermos os “movimentos” como relações defasadas de classe numa formação social específica, é necessário considerarmos alguns pontos: a) nem todos os conflitos sociais remetem a confrontos de classe, embora derivem da luta de classes; b) como o “movimento” atua sob certos limites determinados pelas estruturas, ele não representa os interesses da classe como um todo; c) as lutas empreendidas pelas classes de uma formação social ocorrem através de re-

apresentações, por exemplo, a luta por moradia não diz respeito apenas à questão da moradia, pois intrínseco a ela há outros fatores intrincados (trabalho, saúde, educação etc.).

Sobre o conceito de “movimentos-apoio”, apesar de ser elaborado a partir de uma digressão sobre o conceito poulantziano de “classe-apoio”, ele adquire contornos distintos. Como demonstrado por Machado (2018), diferentemente do proposto por Poulantzas, tal apoio não se trata apenas de “pura ilusão ideológica”, uma vez que, sob o neoliberalismo, há interesses materiais envolvidos como, por exemplo, a preservação de determinados privilégios para as classes médias. Nesse sentido, as frações da classe média atuam na cena política como classes-apoio das frações que buscam melhorar sua posição ou garantir sua hegemonia no bloco no poder.

Vem Pra Rua e Movimento Brasil Livre

O Vem Pra Rua e o Movimento Brasil Livre (MBL) foram os grupos que adquiriam maior relevância no espectro político da direita. Transpondo as ruas e as redes sociais, suas lideranças ganharam espaço nos meios de comunicação tradicionais. Os movimentos também formaram alianças, diretas e/ou indiretas, com partidos e políticos opositores aos governos petistas, além de conquistarem seus primeiros cargos eletivos nas eleições municipais do ano de 2016 e, posteriormente, nos legislativos estaduais e federal nas eleições de 2018.

Contudo, suas atuações são marcadas por contradições, devido ao tipo de relação que estabelecem com *think tanks* norte-americanas, a forma obscura como financiam suas atividades, a ligação que possuem com políticos envolvidos em escândalos de corrupção, o apoio às contrarreformas pretendidas pelo governo de Michel Temer (MDB), após a queda de Dilma Rousseff, além de outros fatores que geram críticas da oposição e questionamentos da imprensa⁵.

O MBL foi o grupo que mais se destacou nas redes sociais e na mídia tradicional⁶. Originário dos quadros do Estudantes Pela Liberdade (EPL), o movimento foi criado em junho de 2013, no calor das manifestações iniciadas pelo Movimento Passe Livre na cidade de São Paulo, mas começou a se destacar apenas em novembro de 2014, quando passou a promover os protestos contra a presidente Dilma e o PT.

O MBL surgiu definindo-se como apartidário (Barbosa, 2016), contudo, após ganhar expressividade durante os protestos contra a corrupção e os governos

⁵ Para uma análise desses elementos, ver Oliveira (2018).

⁶ O grupo chegou a possuir mais de 2 milhões e 600 mil seguidores em sua página oficial do *facebook*, 1 milhão a mais do que o Vem Pra Rua.

petistas, sua relação com os partidos políticos mudou. O movimento passou a se posicionar de forma suprapartidária, rechaçando todos os partidos situados no espectro político da esquerda, e reforçou suas alianças com os partidos considerados “neutros”, inclusive aqueles envolvidos em escândalos de corrupção⁷.

Outro fator importante a se destacar são os resultados “positivos” obtidos pelo grupo devido à forma como organizou sua atuação política. Com uma tática de “guerra” para intervir em comunidades virtuais e outros espaços, o movimento passou a atuar em diversas frentes. Ao considerar esse embate uma “batalha pela hegemonia política”, o MBL passou a articular suas filiais para realizarem “ataques coordenados”, pois a defesa de seu “ideário”, bem como a mútua cooperação, é tida como um fator diferencial no jogo político (MBL, 2015, p. 25). Além da defesa dos pressupostos liberais, o movimento passou a atuar em outra frente que ficou conhecida como “guerras culturais”. Utilizando-se de um discurso punitivista e contrário às bandeiras de movimentos LGBTs, feministas, negros etc., encontrou um meio de atrair setores conservadores do ponto de vista da moralidade e dos costumes, às causas liberais⁸.

O Vem Pra Rua (VPR), por sua vez, surgiu em setembro de 2014, a partir da iniciativa dos empresários Rogério Chequer e Colin Butterfield. Motivados pelos efeitos negativos que as “Jornadas de Junho” exerceram sobre o índice de aprovação do governo federal⁹ e pela deflagração da Operação Lava Jato¹⁰, iniciada em março daquele ano para investigar crimes de corrupção envolvendo políticos e a empresa estatal Petrobrás, os idealizadores do movimento tinham o propósito de convocar a população às ruas a fim de influenciar a opinião pública durante a corrida presidencial.

⁷ No documento *Manual de instruções para filiais municipais* (2015), o MBL caracteriza como “neutros” os partidos PSDB, DEM, PMDB, PV, PSC, NOVO, PRP, PSB, PPS, PTdoB, PRTB. Aos membros dessas filiais é permitida a filiação a esses partidos desde que esteja fundamentada em objetivos eleitorais e estratégicos.

⁸ O movimento passou a promover “ataques” nas redes sociais e a organizar protestos em espaços culturais. Dois “alvos” emblemáticos foram a exposição “*Queermuseum: Cartografias da Diferença na Arte Brasileira*”, realizada no espaço Santander Cultural, na cidade de Porto Alegre; e o 35º Panorama da Arte Brasileira, realizado no Museu de Arte Moderna (MAM) de São Paulo. Ambas as exposições foram acusadas de conter teor sexual e de promover a pedofilia.

⁹ Segundo o Instituto Datafolha, no período que coincide com os protestos de junho de 2013, a avaliação positiva do governo de Dilma Rousseff teve uma queda de 27%. Apenas 30% consideravam a gestão da petista ótima ou boa, ante os 57% que tinham esta percepção, registrados no início do mesmo mês. O índice daqueles que desaprovavam o governo subiu de 9% para 25% no mesmo período. Cf. datafolha.com.br. Acesso: 15 mai. 2017.

¹⁰ Conjunto de investigações deflagrada em 2014 pela Polícia Federal, responsável por desvendar crimes de corrupção e de lavagem de dinheiro envolvendo políticos de diversos partidos, empresários e empresas públicas e privadas. O foco inicial da operação foi a Petrobrás, mas a partir dos seus desdobramentos empresas do setor privado passaram a ser investigadas, com destaque para as grandes empresas da construção civil.

O grupo surgiu com o objetivo central de impedir a reeleição de Dilma Rousseff. Sob a bandeira da “alternância de poder” no âmbito do governo federal, defendida como característica fundamental de uma democracia “saudável” e orientado pela luta contra a corrupção, convocou suas primeiras manifestações durante a corrida presidencial do ano de 2014.

O que permitiu ao VPR continuar atuando politicamente fora das instituições políticas tradicionais foi o fato de, ao término daquelas eleições, o movimento já contar com uma ampla rede de contatos – no âmbito político e empresarial – e uma inserção significativa nas redes sociais, possibilitando ao grupo espaço de destaque na mídia tradicional e entre os opositores do governo federal.

Uma das características do movimento é a relação que estabelece com suas “bases”, constituídas, conforme definição de seus líderes, por “voluntários”. Segundo Chequer e Butterfield (2016), o VPR chegou a contar com cerca de 5 mil voluntários. Apesar de se embasar em uma ideologia de caráter liberal, de defesa do “Estado mínimo”, o VPR não realiza trabalho de formação com os seus “voluntários”. Mesmo assim, o movimento se organiza em torno de uma estrutura hierárquica, onde a escolha de suas lideranças ocorre por um processo meritocrático que dá espaço àqueles que se destacam e se alinham à ideologia proclamada pelo grupo.

Entre os elementos que diferenciam o Vem Pra Rua e o MBL está a forma como ambos se organizam. O Vem Pra Rua se estrutura em torno de um modelo de governança corporativa apoiada no voluntarismo. O MBL está preocupado com a formação de seus militantes em torno das ideias de “liberdade”. Os movimentos também se relacionam distintamente com os partidos e políticos. Enquanto o MBL lança candidatos “próprios” para concorrer a cargos eletivos e apoia abertamente diversos políticos, o Vem Pra Rua opta por uma postura mais reservada, não apoiando políticos abertamente e desligando do movimento aqueles que decidem concorrer a algum cargo, como é o caso de sua principal liderança, Rogério Chequer, que se afastou do grupo para concorrer nas eleições de 2018¹¹.

O suporte das classes médias e a atuação pós-golpe

A literatura recente sobre os motivos do suporte dado por setores das classes médias às manifestações convocadas por esses movimentos parte da perspectiva de que os principais elementos agregadores aos protestos foram a crítica ao PT e

¹² Segundo os integrantes do MBL eleitos na eleição de 2016, os interesses do movimento são colocados acima das legendas partidárias pelas quais concorreram. No caso do Vem Pra Rua, aqueles que se desligassem do grupo para concorrer a algum cargo, caso não conseguissem se eleger, poderiam retomar suas atividades junto ao movimento após o término do pleito. (Oliveira, 2018).

a luta contra a corrupção¹². Essa perspectiva é respaldada na proposição de que grande parte dos indivíduos não foi às ruas para manifestar suas insatisfações por se enquadrar ou apoiar as principais pautas sustentadas pelos movimentos organizadores dos atos, principalmente sobre defesa de um Estado mínimo e o progressivo aumento da participação do setor privado em áreas passíveis de serem privatizadas como educação, saúde etc.

Apesar de os participantes das manifestações que defendiam o *impeachment* da presidente Dilma serem contrários a alguns temas dos grupos organizadores, foram a favor gratuidade de serviços de educação (74%), saúde (92%) e transporte público (49%)¹³. Porém, essa postura não implica uma oposição às bandeiras defendidas pelos movimentos de direita, mas está relacionada à ideologia meritocrática própria das classes médias que defendem, no âmbito formal, a igualdade de oportunidades.

Segundo Cavalcante (2015, p. 184), um dos elementos que teria influenciado a oposição ao governo assumida pela camada mais alta da classe média, são os impactos socioeconômicos negativos sentidos nos últimos anos. Mas, como alerta o autor, estes não devem ser reduzidos a um cálculo utilitarista de perdas e ganhos, pois o econômico deve ser concebido concomitantemente como estrutura determinada e determinante na relação que estabelece com as estruturas políticas e ideológicas. Assim, “mesmo que existam possíveis perdas em termos de renda, o impacto econômico só pode ser avaliado por perturbações ideológicas e simbólicas que atingem um modo de vida de classe média”.

Dessa maneira, podemos considerar que as reformas pontuais, empreendidas pelo ciclo de governos petistas no modelo capitalista neoliberal brasileiro, tiveram um impacto significativo sobretudo na fração superior da classe média. As políticas focalizadas de redistribuição de renda e as ações afirmativas (como o Bolsa Família, a política de cotas sociais e étnicas para o ingresso nas universidades/concursos públicos e a regulamentação do trabalho doméstico) não impactaram apenas economicamente no modo de vida da classe média, mas também em seu meio de reprodução social.

¹² Boito Jr. (2017) caracteriza a corrupção como uma ideologia do Estado capitalista, uma vez que no capitalismo a divisão entre recursos públicos e privados ocorre apenas no âmbito formal. Neste sentido, os elementos que dão origem à corrupção são eles mesmos ideológicos. A saber: a igualdade jurídica entre o proprietário dos meios de produção e o produtor direto e a abertura dos postos do Estado aos cidadãos (igualdade jurídica formal e abertura das instituições). Devido à condição econômica e à ideologia meritocrática que caracteriza o conjunto da classe média, esta possui uma relação homogênea com a bandeira da luta contra a corrupção, uma vez que ela atenta contra a burocracia do Estado Capitalista, organizado, formalmente, com base na competência exigida para cada cargo e função (hierarquia de dons e méritos), e ataca, ao mesmo tempo, um local de reprodução das classes médias.

¹³ Ver Ortellado, Solano e Nader (2015).

É importante ressaltar também que, apesar de haver uma aproximação de determinados setores das classes médias (principalmente da alta classe média) às políticas neoliberais, isso não significa afirmar que há um apoio incondicional a todo o programa neoliberal, uma vez que quando estão em risco as condições de trabalho e de sobrevivência desses segmentos, é à intervenção do Estado que eles recorrem (Saes, 2001; Boito, 2002).

Após a queda definitiva de Dilma Rousseff, o Vem Pra Rua e ao MBL procuraram se sustentar no campo da direita e nos setores mais conservadores das classes médias. Para tanto, buscaram manter vivas suas bandeiras por meio da atuação nas redes sociais, de convocação de novas manifestações¹⁴, da intervenção para deslegitimar mobilizações de caráter progressista e/ou lançando candidaturas próprias para cargos políticos institucionais. A forte crítica ao PT e aos partidos de esquerda continuou sendo um elemento norteador, mesmo após os desdobramentos da Operação Lava Jato, que revelou o envolvimento de diversos políticos e partidos, situados no espectro político da direita, nos escândalos de corrupção.

Entre as principais características compartilhadas por esses movimentos estão: a defesa de pautas econômicas liberais, o sentimento “antipetista”, a “crítica” à corrupção e o apoio às contrarreformas colocadas na “ordem do dia” pelos governos do ex-presidente Michel Temer (2016-2018) e do atual presidente Jair Bolsonaro (2019). Pretendem realizar medidas antipopulares com o objetivo de solucionar a situação de estagnação econômica vivenciada pelo país, mas que, na prática, conduzem a uma ampliação das desigualdades.

Considerações finais

A proposição de que as classes se expressam também em movimentos sociais e que estes remetem às classes, sustenta a hipótese de que é pertinente pensar os movimentos de classe média apoiados em ideais liberais e conservadores como “movimentos-apoiio” das frações burguesas que disputam posições no interior do bloco no poder, uma vez que estas não se organizam em movimentos, mas podem se valer destes apoios político-ideológicos.

Alguns elementos que acreditamos dar fôlego à nossa hipótese consistem no fato de que uma das principais bandeiras defendidas por esses movimentos (a luta contra a corrupção) na prática é empreendida de forma seletiva, pois, além de não contemplar uma crítica ao Estado capitalista, se restringe a alguns

¹⁴ As novas manifestações convocadas por esses grupos ficaram muito aquém, em relação a público e cobertura midiática, daquelas organizadas em torno do impeachment, que foram consideradas as maiores mobilizações desde a “redemocratização”.

grupos políticos, principalmente, os identificados com os trabalhadores, como tem sido o caso do PT. Outro fator importante é que as pautas defendidas pelo Vem Pra Rua e pelo MBL tocam apenas parcialmente os interesses da base social que sustentou o processo de golpe parlamentar, já que a implementação de uma política neoliberal ortodoxa, apoiada na desregulamentação do mercado de trabalho e no desmonte dos serviços públicos, garante, sobretudo no aspecto ideológico, a manutenção de certos privilégios de setores das classes médias que podem arcar com os custos de saúde, educação, segurança etc.. Os trabalhadores mais pauperizados e/ou aqueles com menor capacidade de organização e de negociação que lograram avanços (ainda que limitados) com as políticas sociais dos governos petistas, são o mais prejudicados com a perda de direitos trabalhistas e sociais. A fração da classe média composta por trabalhadores assalariados e servidores públicos também são impactados de maneira negativa pelas mudanças pretendidas pelas contrarreformas do programa neoliberal, como as mudanças na previdência e na legislação trabalhista.

Diante desses fatores, entendemos que as bandeiras defendidas por esses movimentos vão ao encontro dos interesses das frações burguesas que, apesar de suas diferenças em relação às formas de acumulação capitalista, são as mais beneficiadas com o conjunto de reformas “pró-mercado” colocadas em pauta pelos governos que pretendem resgatar uma política neoliberal mais ortodoxa.

Referências

- BARBOSA, Jefferson R. Protestos da direita no Brasil contemporâneo: *think tanks*, grupos empresariais, intelectuais e aparelhos orgânicos da burguesia. *Lutas Sociais*, São Paulo, vol. 20 n. 36, p.151-165, 2016.
- BOITO Jr. Armando. A corrupção como ideologia. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 44, p. 9-19, 2017.
- _____. Neoliberalismo e relações de classe no Brasil. *Ideias*, Campinas, vol. 9 n. 1, p. 13-48, 2002.
- CAVALCANTE, Sávio. Classe média e conservadorismo liberal. In: CODAS, Gustavo; KAYSEL, André; VELASCO E CRUZ, Sebastião (orgs.). *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Perseu Abramo, 2015.
- _____. *Classes médias e modo de produção capitalista: um estudo a partir do debate marxista*. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.
- CHEQUER, Rogério; BUTTERFIELD, Colin. *Vem Pra Rua: a história do movimento popular que mobilizou o Brasil*. São Paulo: Matrix, 2016.

- DATAFOLHA. *Protestos sobre aumento na tarifa dos transportes II*. 18 jun. 2013. Disponível em <http://www.datafolha.folha.uol.com.br>. Acesso em 15 mai. 2017.
- GOHN, Maria da Glória. *Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade*. São Paulo: Cortez, 2017.
- GALVÃO, Andréia. Marxismo e movimentos sociais. *Crítica marxista*, Campinas, n. 32, p. 107-126, 2011.
- MACHADO, Eliel R. Contribuições para uma teoria marxista dos “movimentos sociais”. *Lutas Sociais*, São Paulo, vol.19 n.35, p.54-64, 2015.
- _____. Notas para uma tipologia classista dos “movimentos sociais”. *Crítica marxista*, Campinas, n. 46, p. 83-102, 2018.
- MOVIMENTO BRASIL LIVRE. *Manual de instruções para filiais municipais*. 2015. [mimeo].
- OLIVEIRA, Diego B. R. *Vem Pra Rua e Movimento Brasil Livre: uma análise marxista dos “movimentos de classe média” sob os governos de Dilma Rousseff (2015-2016) e Michel Temer (2016-2018)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Londrina, 2018.
- ORTELLADO, Pablo; SOLANO, Esther; NADER, Lucia. *Pesquisa manifestação política 16 de agosto de 2015*. Disponível em: <<http://gpopai.usp.br/pesquisa/>>. Acesso em: 12 jul. 2016.
- POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- _____. *Poder político y clases sociales em el Estado capitalista*. México: Siglo XXI, 2012.
- SAES, Décio. *República do capital: capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- TATAGIBA, Luciana; TRINDADE, Thiago; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. Protestos à direita no Brasil (2007-2015). In: CODAS, Gustavo; KAYSEL, André; VELASCO E CRUZ, Sebastião (orgs.). *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Perseu Abramo, 2015.